



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004081-04.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Silnei Sanchez**
 Requerido: **Universo On Line S/A**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

SILNEI SANCHES ajuíza Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c.c. Indenização por Dano Moral contra **UNIVERSO ON LINE S/A**. Alega, em síntese, que em 31/05/2014 vendeu um animal de seu canil, sendo que a maior parte do pagamento (R\$ 1.500,00) foi feito por meio de cartão de crédito, pelo sistema PAGSEGURO, gerido pela ré. Conta, ainda, que o valor pago lhe foi repassado, como de costume, porém mais de 60 (sessenta) dias depois houve um estorno de R\$ 1.250,00 (hum mil e duzentos e cinquenta reais), referente à venda realizada, conforme fl. 02.

O autor procurou a compradora do animal, que disse que não pediu o estorno, tendo inclusive já lhe sido debitado duas parcelas, mas informou que utilizou o cartão de sua mãe que veio a ser roubado após a compra. Pleiteia a restituição do valor que lhe é de direito; a declaração da abusividade das cláusulas contratuais que possibilitaram o estorno sem prévio aviso; indenização por danos morais e além dos demais pedidos de estilo.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 16/58.

Foi determinado o recolhimento do valor referente à reprodução das peças processuais para confeccionar a contrafé, bem como o recolhimento da custas, o que foi atendido às fls. 64/70.

A ré, devidamente citada via postal (fl. 73), deixou o prazo de resposta transcorrer em branco (fl. 74). O autor, por sua vez, requereu a procedência da demanda.

É o relatório
Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

Na espécie, conquanto regularmente citado (fl. 73), o requerido ficou-se absolutamente inerte em apresentar defesa, tornando, assim, aplicáveis, na hipótese dos autos, os efeitos da revelia.

Nos termos do artigo 319 do Código de rito: *"Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor"*.

De observar-se, contudo, que a revelia não implica necessariamente a procedência da ação, já que apenas faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, o que não impede ao julgador à análise livre do direito aplicável ao caso "sub judice".

Pois bem.

O sistema PAGSEGURO diz respeito, a grosso modo, a um serviço mantido pela ré para intermediar as compras, liberando o valor apenas quando o produto já tenha sido entregue.

Foi o que ocorreu com o autor, que utilizou desse serviço para ter mais segurança nas suas transações comerciais, notadamente a compra e venda contida no contrato de fls. 20/21.

Entretanto, assevera o autor que foi surpreendido com o posterior estorno da quantia devida que havia recebido. Consigna, ainda, que em contato com a compradora, ela disse que não pediu qualquer estorno, mas teve o cartão de crédito da compra roubado.

Nota-se que embora a requerida não tenha aqui se defendido judicialmente, ela chegou a se manifestar administrativamente (fl. 58), alegando que para as compras feitas por dispositivos móveis não há garantia contra o denominado "chargeback", conforme item 71 do contrato (fl. 46).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O "chargeback" é o cancelamento de uma venda feita com cartão de débito ou crédito, que pode acontecer por dois motivos: um deles é o não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão e o outro pode se dar pelo fato de a transação não obedecer às regulamentações previstas nos contratos, termos, aditivos e manuais editados pelas Administradoras.

Nesse sentido, não consta nos autos qualquer motivo para a ocorrência "chargeback". Ainda que ele não seja garantido pela ré, conforme previsão contratual, o fato é que com a revelia a requerida perdeu a oportunidade de demonstrá-lo em juízo.

E mais, consta à fl. 55, o saldo negativo do autor na conta mantida junto ao PagSeguro, e s fl. 57 o valor negativado na conta. Tal conta é mantida pela requerida, e eventuais estornos que não sejam oriundos do "chargeback" são de sua responsabilidade. Aliás, essa é a função precípua do seu serviço, dar segurança aos negócios realizados.

Dessa forma, ante a revelia, são consideradas como verdadeiras as alegações do autor, as quais sustentam o pedido formulado e deságuam na pretensão buscada de restituição dos valores. Ou seja, a despeito do frágil conjunto probatório trazido, como a ausência de extrato detalhado da conta, os efeitos da revelia e os documentos de fls. 55/58, acabam por suprir essa questão. A procedência deste pedido é de rigor.

Por outro lado, no que toca os danos morais, não estão configurados. Sustenta o autor que ficou com saldo negativo em sua conta e se tornou inviável praticar compras pelo sistema. Ora, como se percebe, a conta em questão é do sistema da ré, responsável por gerir os negócios por lá feitos.

Não há nos autos qualquer prova de repercussão pública ou com qualquer outra pessoa, de modo que a honra e a imagem do autor estão preservadas.

Nesse caso, o mero aborrecimento não é suficiente ao pagamento de indenização por abalo moral, que inexistiu.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE**, extinguindo-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, condenando a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.250,00, corrigida monetariamente pela Tabela do TJ/SP, desde a distribuição da ação, e juros de 1% ao mês, desde a citação.

A requerida pagará honorários que fixo em R\$1.000,00 (artigo 20, §4º, do CPC), além das custas e despesas processuais.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.

São Carlos, 09 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**